



REGULAMENTO

DA ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE

ANEXO VI DO REGULAMENTO INTERNO



ANEXO VI-REGULAMENTO DA ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE 2026-2030

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR.^a LAURA AYRES-145336

Ficha Técnica

Título: Regulamento da Assiduidade e Pontualidade

Entidade: Agrupamento de Escolas Dr.^a Laura Ayres – 145336

Autores: Conselho Pedagógico

Data: fevereiro de 2026

Contactos

Agrupamento de Escolas Dr.^a Laura Ayres – 145336

Rua do Forte Novo 8125-214 Quarteira

351 289 373 700|+351 934 778 168

gestao@esla.edu.pt

www.esla.edu.pt



Regulamento da Assiduidade e Pontualidade

Responsabilidade pelo documento

Versão	Data	Descrição da versão	Aprovado por
1.0	23/01/2026	Redação do documento	
1.0	10/02/2026	Apreciação	Conselho Pedagógico
1.0	24/02/2026	Aprovação	Conselho Geral

Controlo das revisões do documento

Versão	Data	Secção Revista	Descrição da revisão



Regulamento da Assiduidade e Pontualidade

CONTEÚDO

PREÂMBULO	4
CAPÍTULO I ASSIDUIDADE.....	4
Artigo 1º Frequência e assiduidade	4
Artigo 2º Faltas e a sua natureza.....	4
Artigo 3º Faltas de pontualidade	5
Artigo 4º Faltas de material	5
Artigo 5º Faltas disciplinares.....	5
Artigo 6º Dispensa de atividade física.....	6
SECÇÃO I JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS	6
Artigo 7º Justificação de faltas	6
Artigo 8º Tramitação e procedimentos para a justificação de faltas.....	7
SECÇÃO II RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	8
Artigo 9º Recuperação da aprendizagem em caso de ausência justificada	8
SECÇÃO III FALTAS INJUSTIFICADAS	9
Artigo 10º Faltas injustificadas.....	9
Artigo 11º Excesso grave de faltas	9
Artigo 12º Faltas a atividades de apoio ou complementares.....	10
Artigo 13º Efeitos da ultrapassagem do limite de faltas injustificadas	10
SECÇÃO IV MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO	10
Artigo 14º Medidas de recuperação e integração	10
Artigo 15º Procedimentos a observar na realização e avaliação das medidas de recuperação	11
Artigo 16º Incumprimento das medidas de recuperação	12
SECÇÃO V RETENÇÃO E EXCLUSÃO PARCIAL.....	13
Artigo 17º Procedimentos em caso de retenção ou exclusão parcial por excesso de faltas	13
CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES FINAIS	14
Artigo 18º Remissão para a legislação aplicável	14
Artigo 19º Casos omissos e situações excecionais.....	14
Artigo 20º Entrada em vigor	14



Regulamento da Assiduidade e Pontualidade

PREÂMBULO

O presente regulamento estabelece o regime de assiduidade e pontualidade dos alunos do Agrupamento de Escolas Dr.^a Laura Ayres, em conformidade com o Estatuto do Aluno e da Ética Escolar (Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro). Enquanto documento orientador, integra o Regulamento Interno do Agrupamento

CAPÍTULO I ASSIDUIDADE

Artigo 1º

Frequência e assiduidade

1. Para além do dever de frequência da escolaridade obrigatória, os alunos são responsáveis pelo cumprimento do dever de assiduidade e pontualidade.
2. Os pais e encarregados de educação dos alunos menores de idade são responsáveis conjuntamente com estes pelo cumprimento dos deveres referidos no número anterior.
3. O dever de assiduidade e pontualidade implica para o aluno a presença na sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar munido do material didático ou equipamento necessários, de acordo com as orientações dos professores, bem como uma atitude de empenho intelectual e comportamental adequada, em função da sua idade, ao processo de ensino.
4. O controlo da assiduidade dos alunos é obrigatório, nos termos em que é definida no número anterior, em todas as atividades escolares letivas e não letivas em que participem ou devam participar.

5. Sempre que o aluno seja dispensado temporariamente das atividades de educação física ou desporto escolar por razões de saúde, devidamente comprovados por atestado médico, o mesmo deve estar sempre presente no espaço onde decorre a aula de educação física.
6. Nas situações referidas no número anterior deve ser garantida a operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Artigo 2º

Faltas e a sua natureza

1. Definição de falta:

A falta é a ausência do aluno a uma aula ou a outra atividade de frequência obrigatória ou facultativa caso tenha havido lugar a inscrição, a falta de pontualidade ou a comparência sem o material didático ou equipamento necessários, nos termos estabelecidos no presente Regulamento.

2. Tipologia das faltas

Consideram-se, para efeitos do presente regulamento, as seguintes tipologias de faltas:

- a. Falta de presença;
- b. Falta de pontualidade;
- c. Falta de material;
- d. Falta disciplinar.

3. Registo das faltas

- a. As faltas são registadas pelo professor titular da turma, pelo professor responsável pela aula ou atividade ou pelo Diretor de turma no programa de gestão de alunos;



Regulamento da Assiduidade e Pontualidade

- b. Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, cada tempo letivo de 45 minutos corresponde a uma falta, sendo contabilizadas tantas faltas quantos os tempos consecutivos de ausência do aluno;
 - c. As faltas decorrentes da aplicação da ordem de saída da sala ou de medidas disciplinares sancionatórias consideram-se injustificadas
4. A participação em visitas de estudo previstas no plano de atividades do Agrupamento não é considerada falta relativamente às disciplinas ou áreas disciplinares envolvidas, considerando-se dadas as aulas das referidas disciplinas previstas para o dia em causa no horário da turma.
5. O Professor Titular/Diretor de Turma, aquando da comunicação das faltas ao encarregado de educação deve sempre esclarecer a sua tipologia.

Artigo 3º

Faltas de pontualidade

1. Os pais ou encarregados de educação dos alunos menores de idade são responsáveis, conjuntamente com estes, pelo cumprimento do dever de pontualidade.
2. Considera-se falta de pontualidade quando o aluno não inicia a aula no horário previsto. Sempre que tal ocorra, o professor da disciplina deve registar a ocorrência no programa de gestão de alunos, nos termos da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, e do presente Regulamento.
3. No 1.º tempo da manhã, existe uma tolerância excecional de 10 minutos; ultrapassado esse intervalo, a ocorrência é considerada falta de presença.

Artigo 4º

Faltas de material

1. Sempre que o aluno não se fizer acompanhar do material didático ou equipamento necessários à realização de atividades letivas planeadas, deve o professor da disciplina registar a ocorrência, nos termos da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, e do presente Regulamento.
2. No ensino básico, o professor deverá dar conhecimento das faltas de material, através do INOVAR.
3. Ainda que o aluno não se encontre munido do material didático ou equipamentos necessários, deverá obrigatoriamente assistir à aula ou a outra atividade de frequência obrigatória ou facultativa caso tenha havido lugar a inscrição.
4. O Diretor de turma ou professor titular deve informar o encarregado de educação acerca desta situação.

Artigo 5º

Faltas disciplinares

1. Falta Disciplinar é a consequência da ordem de saída da sala de aula por motivos disciplinares ou resultante das medidas disciplinares sancionatórias.
2. É considerada como falta de presença injustificada.
3. Este tipo de falta será comunicado por escrito ao Diretor de Turma através da participação de ocorrência e por este dado a conhecer ao encarregado de educação.
4. A aplicação no decurso do mesmo ano letivo e ao mesmo aluno da medida corretiva da ordem de saída de sala de aula pela terceira vez, por parte do mesmo professor, ou pela quinta vez, independentemente do professor que a aplicou, implica a análise da situação em Conselho de Turma, tendo em vista a identificação das causas



Regulamento da Assiduidade e Pontualidade

e a pertinência da proposta de aplicação de outras medidas disciplinares corretivas ou sancionatórias, nos termos do Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

Artigo 6º

Dispensa de atividade física

1. O aluno pode ser dispensado temporariamente das atividades de educação física ou desporto escolar por razões de saúde, devidamente comprovadas por atestado médico, que deve explicitar claramente as contraindicações da atividade física.
2. O atestado médico referido no n.º 1 deve explicitar claramente as contraindicações à prática de atividades físicas, discriminando:
 - a. As atividades totalmente interditas ao aluno;
 - b. As atividades permitidas de forma condicionada ou adaptada;
 - c. As atividades permitidas, sem qualquer limitação.
3. Caso o atestado médico não detalhe estas informações de forma clara, deverá ser solicitado um relatório médico complementar que especifique, de forma inequívoca, as atividades abrangidas em cada uma das categorias acima.
4. O aluno pode ser dispensado, igualmente, das atividades de educação física ou desporto escolar se se sentir indisposto ou se se lesionar no decorrer do mesmo dia.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores do presente artigo, o aluno deve estar sempre presente no espaço onde decorre a aula de educação física.
6. Sempre que, por razões devidamente fundamentadas, o aluno se encontre impossibilitado de estar presente no espaço onde

decorre a aula de educação física, deve ser encaminhado para um espaço em que seja pedagogicamente acompanhado.

SECÇÃO I

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Artigo 7º

Justificação de faltas

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, são consideradas justificadas as faltas dadas pelos seguintes motivos:
 - a. Doença do aluno, devendo esta ser declarada por médico se determinar impedimento superior a três dias úteis;
 - b. Isolamento profilático, determinado por doença infectocontagiosa de pessoa que coabite com o aluno, comprovada através de declaração da autoridade sanitária competente;
 - c. Falecimento de familiar, durante o período legal de justificação de faltas por falecimento de familiar previsto no estatuto dos funcionários públicos;
 - d. Nascimento de irmão, durante o dia do nascimento e o dia imediatamente posterior;
 - e. Realização de tratamento ambulatorio, em virtude de doença ou deficiência, que não possa efetuar -se fora do período das atividades letivas;
 - f. Assistência na doença a membro do agregado familiar, nos casos em que, comprovadamente, tal assistência não possa ser prestada por qualquer outra pessoa;
 - g. Comparência a consultas pré-natais, período de parto e amamentação;



Regulamento da Assiduidade e Pontualidade

- h. Ato decorrente da religião professada pelo aluno, desde que o mesmo não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas e corresponda a uma prática comumente reconhecida como própria dessa religião;
 - i. Participação em atividades culturais, associativas e desportivas reconhecidas, nos termos da lei, como de interesse público ou consideradas relevantes pelas respetivas autoridades escolares;
 - j. Preparação e participação em atividades desportivas de alta competição, nos termos legais aplicáveis;
 - k. Cumprimento de obrigações legais que não possam efetuar-se fora do período das atividades letivas;
 - l. Outro facto impeditivo da presença na escola ou em qualquer atividade escolar, desde que, comprovadamente, não seja imputável ao aluno e considerado atendível pelo Diretor, pelo Diretor de turma ou pelo professor titular;
 - m. As decorrentes de suspensão preventiva aplicada no âmbito de procedimento disciplinar, no caso de ao aluno não vir a ser aplicada qualquer medida disciplinar sancionatória, lhe ser aplicada medida não suspensiva da escola, ou na parte em que ultrapassem a medida efetivamente aplicada;
 - n. Participação em visitas de estudo previstas no plano de atividades da escola, relativamente às disciplinas ou áreas disciplinares não envolvidas na referida visita.
2. Consideram-se ainda justificadas as faltas decorrentes:
- a. Da participação dos alunos em atividades, projetos, intercâmbios, encontros, competições ou iniciativas realizadas em representação da escola — a nível local, nacional ou internacional — previstas no Plano Anual de Atividades ou devidamente autorizadas pelo Diretor;
 - b. Da participação dos alunos em atividades curriculares ou extracurriculares previstas no Plano Anual de Atividades e autorizadas pelo Diretor;
 - c. Da participação dos alunos nas reuniões dos órgãos em que detenham representação formal, nos termos da lei ou do regulamento interno.
3. As faltas referidas no n.º 2 do artigo anterior são justificadas pelos responsáveis pelas atividades e/ou projetos, os quais devem remeter ao Diretor de Turma ou Professor Titular a informação correspondente, previamente ou, no máximo, até 48 horas após a sua realização.
4. A ausência a momentos de avaliação (testes, exames, provas práticas ou outros instrumentos de avaliação) só dá direito à sua realização em momento posterior, quando justificada por:
- a. Doença ou isolamento profilático, mediante apresentação de atestado médico ou declaração de autoridade competente, independentemente do número de dias de impedimento;
 - b. Outros motivos, mediante declaração de entidade considerada idónea (AIMA, tribunal, federações desportivas, forças de segurança, ou outros organismos oficiais competentes), devidamente analisados e ponderados pelo Diretor de Turma.
- Artigo 8º**
- Tramitação e procedimentos para a justificação de faltas**
1. Sem prejuízo do previsto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, são



Regulamento da Assiduidade e Pontualidade

definidos os seguintes procedimentos de justificação de faltas:

- a. Na educação pré-escolar, compete ao encarregado de educação comunicar, por escrito, ao educador titular do grupo, o motivo da ausência;
 - b. No ensino básico, o pedido de justificação das faltas é apresentado por escrito na caderneta do aluno ou no INOVAR Consulta, pelo encarregado de educação ou, quando o aluno for maior de idade, pelo próprio, ao professor titular de turma ou ao Diretor de turma, com indicação do dia, da hora e da atividade em que a falta ocorreu, referindo-se os motivos justificativos da mesma;
 - c. No ensino secundário a justificação de falta é apresentada por escrito em impresso próprio do Agrupamento ou através do Inovar Consulta, com indicação do dia, da hora e da atividade em que a falta ocorreu, referindo-se os motivos justificativos da mesma.
2. O Diretor de turma, ou o professor titular da turma, pode solicitar aos pais ou encarregado de educação, ou ao aluno maior de idade, os comprovativos adicionais que entenda necessários à justificação da falta, devendo, igualmente, qualquer entidade que para esse efeito for contactada, contribuir para o correto apuramento dos factos.
 3. A justificação da falta deve ser apresentada previamente, sendo o motivo previsível, ou, nos restantes casos, até ao terceiro dia útil subsequente à mesma.
 4. Nos casos em que, decorrido o prazo referido no n.º 3, não tenha sido apresentada justificação para as faltas, ou a mesma não tenha sido aceite, deve tal situação ser comunicada no prazo máximo de três dias úteis, pelo meio mais expedito, aos pais/encarregados de educação ou,

quando maior de idade, ao aluno, pelo Professor Titular de Turma/Diretor de Turma.

5. A justificação de faltas prevista nos números anteriores aplica-se do mesmo modo às faltas de pontualidade e de material.

SECÇÃO II RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Artigo 9º

Recuperação da aprendizagem em caso de ausência justificada

1. Nas situações de ausência justificada às atividades escolares, o aluno tem direito a beneficiar de medidas adequadas à recuperação da aprendizagem em falta, definidas pelos professores responsáveis, em articulação com o Diretor de Turma, nos termos do presente Regulamento.
2. O direito à recuperação aplica-se quando a ausência justificada superior a cinco dias úteis consecutivos.
3. As medidas de recuperação, a definir pelos professores responsáveis e realizadas após as atividades letivas, podem incluir, entre outras:
 - a. Frequência da sala de estudo para a realização de atividades complementares, como exercícios ou trabalhos que permitam ao aluno adquirir os conhecimentos e competências não desenvolvidas;
 - b. Trabalho autónomo supervisionado por um professor responsável;
 - c. Resumo escrito dos conteúdos lecionados durante o período de ausência;



Regulamento da Assiduidade e Pontualidade

- d. Apoio pedagógico, sempre que se justifique, para assegurar a adequada compreensão dos conteúdos.
 4. A implementação das medidas deve ocorrer num prazo máximo de 5 dias úteis após o regresso do aluno, salvo situação devidamente justificada e aprovada pelo Diretor de Turma.
 5. A natureza, duração e intensidade das medidas devem ser proporcionais à duração e à gravidade da ausência, garantindo a equidade e evitando sobrecarga indevida ao aluno ou à escola.
 6. Sempre que se trate de alunos menores, os pais ou encarregados de educação devem ser informados sobre as medidas de recuperação definidas.
3. Não serão aceites justificações que:
 - a. Não indiquem claramente o motivo da falta, nos termos do [artigo 7.º](#) deste regulamento;
 - b. Estejam incompletas ou incorretamente preenchidas, nomeadamente sem referência ao dia da falta ou sem assinatura do encarregado de educação, quando aplicável;
 - c. Não apresentem os documentos comprovativos quando estes tenham sido solicitados.
 4. As faltas injustificadas são comunicadas aos pais ou encarregados de educação, ou ao aluno maior de idade, pelo Diretor de turma ou pelo professor titular de turma, no prazo máximo de três dias úteis, pelo meio mais expedito.

SECÇÃO III FALTAS INJUSTIFICADAS

Artigo 10º Faltas injustificadas

1. Nos termos do artigo 17.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, as faltas são injustificadas quando:
 - a. Não tenha sido apresentada justificação, nos termos do [artigo 7.º](#) deste regulamento;
 - b. A justificação tenha sido apresentada fora do prazo;
 - c. A justificação não tenha sido aceite;
 - d. A marcação da falta resulte da aplicação da ordem de saída da sala de aula ou de medida disciplinar sancionatória.
2. Na situação prevista na alínea c) do número anterior, a não aceitação da justificação apresentada deve ser fundamentada de forma sintética.

Artigo 11º Excesso grave de faltas

1. Nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, em cada ano letivo as faltas injustificadas não podem exceder:
 1. 10 dias, seguidos ou interpolados, no 1.º ciclo do ensino básico;
 2. O dobro do número de tempos letivos semanais por disciplina nos restantes ciclos ou níveis de ensino.
2. Nas ofertas formativas profissionalmente qualificantes, designadamente nos cursos profissionais, ou noutras ofertas formativas que exigem níveis mínimos de cumprimento da respetiva carga horária, o aluno encontra-se na situação de excesso de faltas quando ultrapassa os limites de faltas justificadas e ou injustificadas daí decorrentes, relativamente a cada disciplina, módulo, unidade ou área de formação, nos termos previstos na regulamentação própria ou definidos nos respetivos regulamentos.



Regulamento da Assiduidade e Pontualidade

3. Quando for atingido metade do limite de faltas injustificadas, os pais ou encarregados de educação ou, quando maior de idade, o aluno, são convocados pelo Diretor de turma ou professor titular.
4. A notificação referida no número anterior tem como objetivo alertar para as consequências da violação do limite de faltas e procurar encontrar uma solução que permita garantir o cumprimento efetivo do dever de assiduidade.
5. Caso se revele impraticável o referido nos números anteriores, por motivos não imputáveis à escola, e sempre que a gravidade especial da situação o justifique, a respetiva Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco deve ser informada do excesso de faltas do aluno menor de idade, assim como dos procedimentos e diligências até então adotados pela escola e pelos encarregados de educação, procurando em conjunto soluções para ultrapassar a sua falta de assiduidade.

Artigo 12º

Faltas a atividades de apoio ou complementares

A ultrapassagem do limite de três faltas injustificadas, relativamente às atividades de apoio ou complementares de inscrição ou de frequência facultativa, implica a imediata exclusão do aluno das atividades em causa.

Artigo 13º

Efeitos da ultrapassagem do limite de faltas injustificadas

1. A ultrapassagem dos limites de faltas injustificadas previstos no n.º 1 do artigo anterior constitui uma violação dos deveres de frequência e assiduidade e obriga o aluno faltoso ao cumprimento de medidas de recuperação e ou corretivas específicas, de acordo com o estabelecido nos artigos seguintes, podendo

ainda conduzir à aplicação de medidas disciplinares sancionatórias, nos termos da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro.

2. A ultrapassagem dos limites de faltas previstos nas ofertas formativas a que se refere o número 2 do [artigo 11.º](#) constitui uma violação dos deveres de frequência e assiduidade e tem para o aluno as consequências estabelecidas na regulamentação específica da oferta formativa em causa e no regulamento interno do Agrupamento (vide anexos III e IV).
3. O previsto nos números anteriores não exclui a responsabilização dos pais ou encarregados de educação do aluno, designadamente, nos termos dos artigos 44.º e 45.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro.
4. Todas as situações, atividades, medidas ou suas consequências previstas no presente artigo são obrigatoriamente comunicadas, pelo meio mais expedito, aos pais ou ao encarregado de educação ou ao aluno, quando maior de idade, ao Diretor de turma e ao professor Tutor do aluno, sempre que designado, e registadas no processo individual do aluno.

SECÇÃO IV

MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO

Artigo 14º

Medidas de recuperação e integração

1. Para os alunos menores de 16 anos, independentemente da modalidade de ensino frequentada, a violação dos limites de faltas previstos no [artigo 11.º](#) pode obrigar ao cumprimento de atividades, a definir pela escola, que permitam recuperar atrasos na aprendizagem e/ou a integração escolar e comunitária do aluno e pelas quais os alunos e os seus encarregados de educação são corresponsáveis.



Regulamento da Assiduidade e Pontualidade

2. A aplicação das medidas previstas no número anterior depende da idade do aluno, da regulamentação específica do percurso formativo e da sua situação concreta.
3. As atividades de recuperação da aprendizagem são definidas pelo professor titular da turma ou pelos professores das disciplinas em que se verificou a ultrapassagem do limite de faltas, restringindo-se aos conteúdos lecionados nas aulas cuja ausência originou o excesso de faltas.
4. As atividades de recuperação das aprendizagens podem assumir, entre outras, as seguintes modalidades:
 - a. Frequência de apoio ao estudo;
 - b. Frequência da sala de estudo para desenvolvimento de métodos e técnicas de estudo;
 - c. Organização de cadernos diários ou dossiês;
 - d. Realização de um trabalho escrito ou prático;
 - e. Realização de fichas de apoio ou exercícios;
 - f. Trabalho de pesquisa na biblioteca escolar;
 - g. Outras consideradas adequadas pelos professores responsáveis.
5. Quando o plano de trabalho incluir medidas corretivas, estas devem ser escolhidas de entre as previstas nos artigos 26.º e 27.º do Estatuto do Aluno e nos artigos 14.º e 15.º do Anexo VII-Regulamento da (In)Disciplina do presente regulamento.
6. Todas as atividades de recuperação e as medidas corretivas aplicadas são integradas num plano individual de trabalho, elaborado pelos professores das disciplinas envolvidas em articulação com o Diretor de turma.
7. As atividades de recuperação e medidas corretivas previstas só podem ser aplicadas uma vez por ano letivo, independentemente do ano de escolaridade ou do número de disciplinas em que se verifique o excesso de faltas.
8. Sempre que cesse o incumprimento do dever de assiduidade por parte do aluno são desconsideradas as faltas em excesso.
9. Cessa o dever de cumprimento das atividades e medidas a que se refere o presente artigo, com as consequências daí decorrentes para o aluno, de acordo com a sua concreta situação, sempre que para o cômputo do número e limites de faltas nele previstos tenham sido determinantes as faltas registadas na sequência da aplicação de medida corretiva de ordem de saída da sala de aula ou disciplinar sancionatória de suspensão.
10. Aos alunos com idade compreendida entre os 16 e os 18 anos que ultrapassem o limite de faltas a uma ou mais disciplinas, é obrigatoriamente aplicável o regime de medidas corretivas de integração escolar e comunitária, para além de outras medidas de recuperação de aprendizagem que os docentes considerem adequadas, de acordo com o previsto no presente Regulamento e no Estatuto do Aluno.
11. Para os alunos maiores de 18 anos, a ultrapassagem do limite de faltas injustificadas não confere direito à aplicação de medidas de recuperação, determinando a exclusão por faltas do ano, no caso dos alunos do ensino básico; da(s) disciplina(s)/módulo(s), no caso dos alunos do ensino secundário.

Artigo 15º

Procedimentos a observar na realização e avaliação das medidas de recuperação

1. Decorrido o prazo legal de 3 dias úteis para a justificação das faltas por parte do Encarregado de Educação (EE), e confirmando-se que o limite de faltas injustificadas foi ultrapassado, o Diretor de Turma deve, no prazo máximo de 5 dias úteis, informar o EE da situação e, simultaneamente, os professores das disciplinas em causa.



Regulamento da Assiduidade e Pontualidade

2. No prazo máximo de 5 dias úteis após a comunicação referida no número anterior, os professores procedem à definição das medidas de recuperação no documento do Plano Individual de Trabalho (PIT).
3. O aluno e o Encarregado de Educação são informados pelo professor acerca das tarefas a realizar, devendo o documento ser assinado por todos os intervenientes.
4. Do plano individual de trabalho, a apresentar ao aluno, devem constar:
 - a. O período de execução, cuja duração não deverá exceder 2/3 semanas;
 - b. A modalidade a adotar (trabalho de projeto, trabalho autónomo supervisionado por um professor responsável, fichas, testes ou outras atividades equiparadas, atividades de integração na escola ou na comunidade);
 - c. Os recursos a envolver, nomeadamente os espaços de trabalho e os intervenientes educativos.
5. Aos alunos com idade compreendida entre os 16 e os 18 anos, é obrigatoriamente incluído no PIT o regime de medidas corretivas de integração escolar e comunitária, para além das medidas de recuperação de aprendizagem.
6. As atividades de recuperação das aprendizagens devem realizar-se em período suplementar ao horário letivo e, preferencialmente, no prazo máximo de quinze dias úteis após a verificação da ultrapassagem do limite de faltas.
7. As atividades previstas realizam-se em espaço escolar ou, quando aplicável, fora dele, sob acompanhamento dos pais ou encarregados de educação ou de entidade local, no âmbito de protocolo a estabelecer.
8. O plano individual de trabalho referido no artigo anterior deve ser objeto de avaliação, nos termos definidos pelos professores responsáveis pela sua elaboração e acompanhamento.
9. Após a realização das atividades de recuperação da aprendizagem, o professor responsável deve informar o Diretor de turma e/ou o professor titular da turma sobre o resultado da execução do plano individual de trabalho.
10. Sempre que o aluno cumpra com as atividades de recuperação da aprendizagem e cesse o incumprimento do dever de assiduidade, são desconsideradas as faltas em excesso.
11. O Diretor de turma e/ou o professor titular da turma deve comunicar ao aluno e ao respetivo encarregado de educação o resultado da avaliação das atividades de recuperação da aprendizagem, informando-os das consequências respetivas.
12. Em ata de Conselho de Turma deve ficar registado o cumprimento ou incumprimento do Plano Individual de Trabalho e a respetiva deliberação do Conselho de Turma. As faltas que tenham sido objeto de mecanismos de recuperação devem igualmente ser registadas em ata de Conselho de Turma, devendo ainda ser identificado, no suporte informático de registo de faltas, o motivo da sua desconsideração.

Artigo 16º

Incumprimento das medidas de recuperação

1. O incumprimento das medidas previstas no número anterior e a sua ineficácia ou impossibilidade de atuação determinam, tratando -se de aluno menor, a comunicação obrigatória do facto à respetiva Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), de forma a procurar encontrar, com a colaboração da escola e, sempre que possível, com a autorização e corresponsabilização dos pais ou encarregados de educação, uma solução adequada ao processo formativo do aluno e à sua inserção social e socioprofissional, considerando, de imediato, a possibilidade de encaminhamento do aluno para diferente percurso formativo



Regulamento da Assiduidade e Pontualidade

2. A opção a que se refere o número anterior pode, na iminência de abandono escolar, ser aplicada a todo o tempo, sem necessidade de aguardar pelo final do ano escolar.
3. Tratando-se de aluno com idade superior a 12 anos que já frequentou, no ano letivo anterior, o mesmo ano de escolaridade, poderá haver lugar, até final do ano letivo em causa e por decisão do Diretor da escola, à prorrogação da medida corretiva aplicada nos termos do artigo anterior.
4. Quando a medida a que se referem os n.ºs 1 e 2 não for possível ou o aluno for encaminhado para oferta formativa diferente da que frequenta e o encaminhamento ocorra após 31 de janeiro, o não cumprimento das atividades e ou medidas previstas no artigo anterior ou a sua ineficácia por causa não imputável à escola determinam ainda, logo que definido pelo professor titular ou pelo conselho de turma:
 - a. Para os alunos a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico, a retenção no ano de escolaridade respetivo, com a obrigação de frequência das atividades escolares até final do ano letivo, ou até ao encaminhamento para o novo percurso formativo, se ocorrer antes;
 - b. Para os restantes alunos, a retenção no ano de escolaridade em curso, no caso de frequentarem o ensino básico, ou a exclusão na disciplina ou disciplinas em que se verifique o excesso de faltas, tratando-se de alunos do ensino secundário, sem prejuízo da obrigação de frequência da escola até final do ano letivo e até perfazerem os 18 anos de idade, ou até ao encaminhamento para o novo percurso formativo, se ocorrer antes.
5. Nas ofertas formativas profissionalmente qualificantes, designadamente nos cursos profissionais ou noutras ofertas formativas que exigem níveis mínimos de cumprimento da respetiva carga horária, o incumprimento ou a ineficácia das medidas previstas no artigo 16.º implica, independentemente da idade do aluno, a exclusão dos módulos ou unidades de formação das disciplinas ou componentes de formação em curso no momento em que se verifica o excesso de faltas, com as consequências previstas na regulamentação específica e definidas nos respetivos regulamentos.
6. As atividades a desenvolver pelo aluno decorrentes do dever de frequência estabelecido na alínea b) do n.º 4, no horário da turma ou das disciplinas de que foi retido ou excluído são definidas no artigo seguinte.
7. O incumprimento ou a ineficácia das medidas e atividades referidas no presente artigo implica também restrições à realização de provas de equivalência à frequência ou de exames, sempre que tal se encontre previsto em regulamentação específica de qualquer modalidade de ensino ou oferta formativa.
8. O incumprimento reiterado do dever de assiduidade e ou das atividades a que se refere o número anterior pode dar ainda lugar à aplicação de medidas disciplinares sancionatórias previstas no Anexo VII - Regulamento da (In) Disciplina.

SECÇÃO V RETENÇÃO E EXCLUSÃO PARCIAL

Artigo 17º

Procedimentos em caso de retenção ou exclusão parcial por excesso de faltas

1. As atividades a desenvolver pelo aluno decorrentes do dever de frequência estabelecido na alínea b) do número 4 do artigo anterior, no horário da turma ou das disciplinas de que foi retido ou excluído organizam-se do seguinte modo:
 - a. Aos alunos referidos, será aplicado um plano de trabalho que ocupará o horário da turma ou das disciplinas em que foi excluído, definido em reunião de Conselho de Turma;



Regulamento da Assiduidade e Pontualidade

- b. O plano de trabalho deve ser cumprido em espaços externos à sala de aula, como bibliotecas, centro de recursos, salas de estudo ou outros locais a definir consoante as tarefas atribuídas.
2. No conselho de turma extraordinário para emissão de parecer sobre as atividades a desenvolver, podem participar, além dos docentes da turma, representantes dos serviços técnico-pedagógicos e professor Tutor, quando exista.
3. As atividades a desenvolver podem incluir, entre outras:
 - a. Trabalhos de investigação ou pesquisa;
 - b. Atividades de apoio ao funcionamento da escola ou Agrupamento;
 - c. Tarefas de embelezamento e limpeza de espaços escolares;
 - d. Apoio em serviços da escola (bufete, papelaria, refeitório);
 - e. Atividades em contexto de formação pré-profissional, mediante protocolo;
 - f. Acompanhamento de atividades escolares em disciplinas específicas;
 - g. Execução de tarefas de apoio a instalações desportivas;
 - h. Outras atividades adequadas à situação concreta.
4. A elaboração do horário individual do aluno compete ao conselho de turma, em articulação com a direção/coordenação da escola.
5. Após aprovação pelo Diretor, ou por quem ele designado, o Diretor de turma informa o encarregado de educação do plano de atividades.
6. O cumprimento das atividades deve ser supervisionado pela escola, por Diretor de turma, professor Tutor ou por um funcionário designado.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 18º

Remissão para a legislação aplicável

Em tudo o que não se encontre expressamente previsto no presente regulamento aplicam-se as disposições constantes da legislação em vigor, bem como as orientações emanadas pelas entidades competentes.

Artigo 19º

Casos omissos e situações excecionais

Os casos omissos ou de carácter excecional decorrentes da aplicação do presente regulamento são analisados e decididos pelo Diretor do Agrupamento, no respeito pelas competências legalmente definidas, podendo, quando a matéria o justifique, ser ouvidos os órgãos pedagogicamente competentes.

Artigo 20º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor após aprovação em Conselho Geral.



Página em branco

